

TRABALHO NOVO E O PROCESSAMENTO DE MADEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE MOVELEIROS DE PARINTINS (AM).

**Gleudson Marques da Costa¹
Estevan Bartoli²**

RESUMO

O objetivo do artigo é refletir sobre como a madeira vem sendo processada na cidade de Parintins/AM a partir da Associação de moveleiros de Parintins, a AMOPIN. A partir de aplicação de questionários aos proprietários das movelarias e trabalho de campo, verificamos a produção de móveis e as espécies de madeira mais usadas, bem como as técnicas, maquinário e divisão social do trabalho. Constatou-se que há pressão sobre número reduzido de espécies de madeiras assim como escassez de outras espécies nos últimos anos. As técnicas de marcenaria introduzidas a partir da década de 1960 foram capazes de criar trabalho novo, mas hoje se encontram obsoletas. Outros problemas foram verificados, como a escassez de mão de obra qualificada, despreocupação com uso de madeira ilegal e baixo investimento ou busca de inovações para processar e construir móveis.

Palavras Chaves: técnicas, movelaria, madeira, sistema local territorial.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA. gleudsonmarques_geo@gmail.com.

² Professor MSC. do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA. estevangeo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A produção e reprodução do capital necessita de território de expansão para o seu desenvolvimento, além da força de trabalho, a ampliação e aperfeiçoamento de novas técnicas que possibilitarão seu alargamento no tempo e no espaço. Os ciclos econômicos que se deram na Amazônia, deixaram resquícios na cidade de Parintins em cada período de intensa exploração de recursos naturais e produção econômica.

O objetivo principal deste estudo é apontar como os recursos regionais (a madeira) contribuiu como alternativa econômica entre os ciclos econômicos na cidade de Parintins/AM. Assim, a presente pesquisa parte do pressuposto no que se refere o elo entre pesquisador e a atividade de marcenaria e suas incertezas quanto ao seu entendimento científico sobre tal.

Este trabalho visou contribuir para estudos relativos à organização social e territorial do trabalho em cidades pequenas e médias do Amazonas, com base em estudos feitos em Parintins/AM, tendo em vista que, em outras cidades do território amazônico também funcionam outros polos e associações de moveleiros. Assim, pode-se identificar espécies que podem estar entrando na lista de extinção pelo seu uso descontrolado. Também o presente estudo servirá de aporte para os gestores públicos na construção de políticas públicas para a Associação dos Moveleiros de Parintins (AMOPIN) e não associados.

Metodologicamente o estudo está pautado em uma abordagem dialética, de cunho qualitativo e quantitativo, correspondendo inicialmente ao levantamento bibliográfico, tendo como autores principais, Rafesttin (1993), Fernandes (2009), Dematteis (1998), Schor & Marinho (2013) e Saquet & Spósito (2009), tendo a abordagem territorialista como base da reflexão auxiliada por esses autores. Em segundo momento, foi necessário a construção de um roteiro e aplicação de questionários, aos proprietários das movelarias – com trabalho de campo para verificar a produção de móveis e os tipos de madeira mais utilizadas; bem como as técnicas, utensílios de trabalho e a divisão social do trabalho nas movelarias. Por último sistematizamos os dados e reflexão final com base nos procedimentos adotados e bases conceituais.

Assim, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro item intitulado **“Parintins: entre ciclos econômicos e o uso de recursos regionais”** e **“AMOPIN: Breve Histórico”**, busca-se enfatizar os ciclos econômicos que Parintins. Também fazemos breve relato da história da Associação de Moveleiros de Parintins

(AMOPIN). No subitem seguinte, problematizamos a existência de trabalho novo e a origem e processamento da madeira discutindo o processamento da madeira e o desenvolvimento de novas técnicas nesta atividade e seus reflexos na produção dos moveleiros. Por fim, no item denominado “Sistemas territoriais a partir do processamento da madeira” procura-se analisar a AMOPIN como um sistema local territorial e suas articulações e mediações a partir das territorialidades que seus agentes produzem no espaço.

2 PARINTINS: ENTRE CICLOS ECONÔMICOS E O USO DE RECURSOS REGIONAIS

A cidade de Parintins passou por ciclos econômicos, ora evidenciando crescimento ora estagnação. Schor & Marinho (2013) ratificam elementos no século XIX como arcabouço histórico entre os anos de 1850 a 1920, que evidenciaram uma nova dinâmica tanto econômica quanto social devido ao *boom* da borracha. Este período “intensifica as relações entre os núcleos de povoamento resultantes da circulação mais intensa das mercadorias que circulavam pela densa rede fluvial amazônica” (SHOR & MARINHO, 2013, p. 240).

Becker e Lima (2013) apontam o cacau como primeiro ciclo econômico de Parintins entre os anos 1917, sinalizando a existência de cultivo de cafezais, tabaco e guaraná com utilização de mão de obra indígena e negra africana. No entanto devido ao intenso contrabando desses produtos regionais para o Município de Óbidos, culminando com a diminuição na arrecadação do dízimo da então Vila Bela da Imperatriz (fato este que motivou o declínio dessa cultura), os autores descrevem que em 1880, a sede municipal recebe foros de cidade, passando a se denominar-se Parintins.

Embora não tenha se envolvido na exploração do látex, Parintins recebeu dela impactos indiretos. A cidade se beneficiou da intensa conexão entre o interior rural a rede regional de cidades comerciais próximas e o centros de Belém e Manaus, tornando-se um importante entreposto comercial, inclusive de gado” (BECKER e LIMA, 2013, 81).

Com o fim do ciclo da borracha, a Amazônia passou por um longo período de estagnação, ocorrendo novo surto econômico em Parintins com a juta, que entre os anos de 1934 e 1935, a partir de estudos do técnico agrícola Ryota Oyama, gerou impulso

tornando-se a principal atividade econômica tanto para os colonos japoneses quanto para os ribeirinhos envolvido nesse cultivo.

[...]o sistema de atividade jutícola, contudo, não diferiu muito daquele da borracha constituindo-se de: o produtor, o aviador – intermediário entre o primeiro e o exportador, obtendo lucros altos com a comercialização de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade ao produtor e com a venda do produto ao exportador – o regatão – realizando o comércio de trocas de mantimentos por produtos em suas embarcações na beira dos rios – e o exportador (BECKER e LIMA, 2013, p. 81).

Nesse contexto, passou a existir uma maior dinâmica na divisão social e territorial do trabalho, com crescente mão-de-obra no cultivo da fibra da juta nas várzeas. A juta servia como matéria-prima para produção de sacarias usadas na exportação de café, era processada e embarcada na cidade nas fábricas locais de Parintins. Para tal, haviam duas unidades de enfiamento, a Brasmentol - Caçapava e a Companhia Têxtil do Castanhal, e uma de beneficiamento, a Companhia Fabril Juta de Parintins, que movimentavam cerca de 1/3 da produção estadual desta fibra (SHOR & MARINHO, 2013, p. 240).

Neste sentido, as unidades processadoras atraíam pessoas tanto para o trabalho urbano como no cultivo, acarretando um aumento populacional nas décadas de 1940 a 1960 (tabela 1). Neste período a maior parte a população estava “distribuída em pequenos povoados conhecidos como colônias e comunidades rurais” totalizando um total de 75% da população do município conforme descrito por Souza (2013. p. 54).

Tabela 1: População do município de Parintins de 1940 – 1960

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1940	15.000
1950	25.662
1960	27.525

Fontes: BITTENCOURT, 2001; IBGE, Censos Demográficos: 1940, 1950 e 1960.

Com a decadência da juta em Parintins, houve inversão populacional pela primeira vez, com êxodo rural conforme a Tabela 2, e mantendo esta realidade até os dias atuais.

Tabela2: população urbana e rural do município de Parintins: 1970 – 2010.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1970	16.747	21.334	38.801
1980	29.504	21.877	51.381
1991	41.591	17.192	58.783

2000	58.125	33.993	92.118
2010	69.890	32.143	102.033

Fonte: BITTENCOURT, 2001; IBGE, Censos Demográficos: **1970 - 2010**.

Assim, houve necessidade de buscar alternativas econômicas entre as lideranças locais. Com a recém criada diocese de Parintins, a mesma trouxe consigo alguns cursos profissionalizantes, dentre eles a marcenaria, objeto de estudo desta pesquisa. Nesse contexto, a atividade de marcenaria incentivou o processamento de recurso regional até então abundante, a madeira. Trata-se de ponto central em nossa discussão, que visa problematizar a maneira com que a cidade (mais especificamente, uma associação de moveleiros, a AMOPIN), vem transformando recursos naturais através de técnicas inseridas, questionando a pressão sobre o estoque madeireiro do entorno florestal.

Neste contexto a atividade moveleira é reconhecida como uma oportunidade de emprego, renda e aprendizado de ofício para muitos jovens desde a década de 1960, introduzida a partir de técnicas então novas na época, que implicaram em uma nova divisão social do trabalho, exercendo posteriormente pressão sobre os recursos florestais.

Reconhecemos que a introdução do conhecimento técnico a partir dos italianos, causou reprodução das informações a partir dos cursos existentes na época, com introdução de novas técnicas que implicaram em nova divisão social do trabalho. Pretendemos demonstrar que tais técnicas estão ultrapassadas, com uso de maquinário artesanal e improvisado, que ao mesmo tempo indicam capacidade criativa de superar altos custos no processo produtivo.

Parintins dispõe de 90 empreendimentos moveleiros caracterizando o maior polo moveleiro do interior do estado do Amazonas, com 46 movelarias compondo o quadro de associados da AMOPIN, que possui cerca de 150 trabalhadores formais e informais, que contribui assim, para a economia do município e possibilidade de agregar valor ao processamento de recurso regional, não se limitando a exportar madeira semi-beneficiada como vem fazendo algumas empresas da cidade.

Estes empreendimentos produzem móveis em geral, esquadrias (portas e janelas) a referida associação conta com parceria da Agencia de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), para produção de mobília escolar, que no passado era feito em outros

estados, consolidando e contribuindo de maneira significativa na produção da mobília escolar da região do Baixo Amazonas³.

3 A AMOPIN: BREVE HISTÓRICO

A atividade moveleira foi introduzida no município de Parintins através de uma parceria entre os padres do PIME (Pontifício das Missões Estrangeiras) e AJAC (Associação dos Jovens Católicos) ambos pertencentes da recém criada Diocese de Parintins, como frisamos.

Vendo a necessidade de fornecer educação profissionalizante para jovens, foi criada uma escola, que teve início com cinco cursos, sendo marcenaria, carpintaria, serigrafia, mecânica e cerâmica, com sede no Seminário João XXIII.

No que tange ao curso de marcenaria, objeto desta pesquisa, tinha como professor (ou mestre) o senhor Mario, conhecido localmente como “Italiano”, proprietário hoje da maior madeireira da cidade, a Agro Madeiral. Na década de 1960, Parintins possuía apenas uma marcenaria (não contendo formação profissional), equipada com poucas máquinas, em suas maiorias artesanais, pertencentes ao senhor Chico Firmino, que tinha como aprendiz o senhor Zeca Brasil, ao qual pouco tempo depois formaram uma parceria de trabalho. Zeca Brasil manteve as atividades moveleiras até os dias atuais, repassando seu conhecimento a familiares e formando dezenas de outros mestres em carpintaria, fato que lhe rendeu homenagem tendo seu nome na sede da AMOPIN.

O fruto desta parceria gerou introdução das primeiras máquinas industriais para atividades moveleiras obtidas do Estado do Pará, com colaboração e uma nova parceria com o senhor Chico Ianuzzi (Empresário da época), sendo que um dos primeiros trabalhos realizados foi a construção das portas da então recém-construída Catedral de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade.

Desta forma, foram dados passos iniciais para atividade moveleira na cidade de Parintins, surgindo apenas no ano de 1996 a primeira associação dos moveleiros denominada Associação dos Moveleiros de Parintins a (AMP).

Historicamente, os motivos que levaram para a então localização da associação, foi a doação de um terreno pelo poder público municipal no sentido de construir um Parque

³ A 9ª sub-região do Baixo Amazonas que corresponde a sete municípios do Estado do Amazonas: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará.

Industrial na época entregue a, Associação dos Micros Empresários Industriais e Artesões de Parintins, (UNIPAR) que por motivos internos acabou desligando vários membros da referida associação, a partir desse fato que em, 1995 criou-se a primeira associação exclusiva dos Moveleiros de Parintins, (AMP), com CNPJ.02.355.687/0001-95.

Tal associação passou por um período, de 14 anos de estagnação, sendo reativada em 2010, já com o nome de AMOPIN (Associação dos Moveleiros de Parintins), que nos dias atuais responde pela produção de móveis em geral, esquadrias (portas e janelas). Sendo que, atualmente a mencionada associação também participa do Programa de Regionalização de Móveis Escolares (PROMOVE), do Governo do Estado do Amazonas.

De acordo com o levantamento de campo, foi possível mapear as empresas que estão atuando de maneira formal⁴ e informal conforme o descrito na Tabela 3, sendo que 48% das instituições desempenham suas atividades de forma legal e as demais que correspondendo a 52% do total atua ainda na ilegalidade.

Tabela 3: Empresas Formais e Informais.

EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE	%
FORMAL	22	48
INFORMAL	24	52
TOTAL	46	100

Fonte: AMOPIN a partir de trabalho de campo elaborado pelos autores.

Porém as empresas que atuam no mercado informal são as que mais geram oportunidade de trabalho, sendo que as empresas que atuam de forma legal dispõem das melhores máquinas e ferramentas além dos profissionais qualificados, propiciando, assim, maior segurança no desenvolver de sua atividade dentro da movelaria, outro ponto importante destaca é escassez de profissionais qualificado.

Este cenário descrito acima, pode ser comprovado conforme o levantamento de campo, onde constatou-se que cerca de 16%, ou 26 funcionários⁵, exercem sua atividade em empresas formais e a grande maioria atua em empresas informais totalizando 84%, ou seja, 133 funcionários de um total de 159.

⁴ Empresas informal: não possui CNPJ e nem paga seus direitos trabalhistas, empresa formal possui CNPJ e paga os direitos trabalhistas de seus funcionários já com carteira assinada.

⁵ Funcionários informais: desprovido de auxílios trabalhistas e não tem carteira assinada, funcionários formais possui registro em carteira e direitos trabalhistas (em caso de acidente são amparado pelo INSS)

Tabela 4: Quantidade de Funcionários.

FUNCIONÁRIOS	QUANTIDADE	%
FORMAL	26	16
INFORMAL	133	84
TOTAL	159	100

Fonte: Levantamento de campo – elaborado pelos autores.

Com relação às máquinas, estas em sua maioria caracterizam-se por serem artesanais, com pouca eficiência e segurança para o operador. Sendo que, estas são encontradas nas movelarias de menores portes.

4 TRABALHO NOVO, ORIGEM E PROCESSAMENTO DA MADEIRA

Conforme indica Corrêa (2005, p. 07), “o espaço urbano é articulado, fragmentado, reflexo e condicionante da vida social”, influenciando o desempenho da produção, suas condições e relações de trabalho. Logo, a aglomeração urbana fornece vantagens às produções, com concentração de funções, acesso a peças de reposição, especialistas em várias áreas do conhecimento, além da disponibilidade de energia elétrica constante, apesar de ocasionais racionamentos em Parintins.

Ana Cristina Fernandes (2009, p, 69) diz que “a noção de divisão de trabalho é amplamente reconhecida como fator responsável pelo crescimento qualitativo da produtividade e, portanto, da eficiência do comércio, do mercado e, por consequência da cidade”, ressaltando que as mesmas não expandem somente por produzir em grande quantidade o que já vinham produzindo, mas sim, por adicionarem *trabalho novo* nas atividades já existente. No tocante, Raffestin (1993, p,150) “destaca que nenhuma sociedade, por, mais elementar que seja, escapa a necessidade de organizar o campo operatório de sua ação”. Partindo desses pressupostos, a forma de organização das ações e a inserção do trabalho novo, alteram a maneira com que as atividades organizam o território de influência da cidade, responsável pelas técnicas e inovações na divisão social e territorial do trabalho.

A inserção de uma nova técnica em dada sociedade possibilita a criação do trabalho novo que dever acontecer na cidade, que propicia facilidades pela aglomeração existente, sendo que tal técnica se apropria do trabalho já existente, formando uma nova divisão do trabalho que se multiplicaram e formaram outras divisões do trabalho.

Ana Cristina Fernandes (2009, p, 69) caracteriza esse processo de criação de trabalho novo, onde D é a divisão de trabalho existente, A é a nova atividade adicionada a D, e nD representa o número indeterminado de novas divisões de trabalho que podem resultar do adicionamento de trabalho novo.

Esse processo se aplica ao contexto de introdução da técnica de marcenaria na cidade de Parintins a partir de 1965, sendo que D é a marcenaria como descrevemos anteriormente. A partir da introdução das técnicas, houve difusão da informação que se desdobro em aprendizado de novos moveleiros/marceneiros, e conseqüentemente nas dezenas de empreendimentos existentes atualmente.

A figura abaixo mostra bem como se dá esse processo e pode ser expressa da seguinte forma, $D+A > nD$.

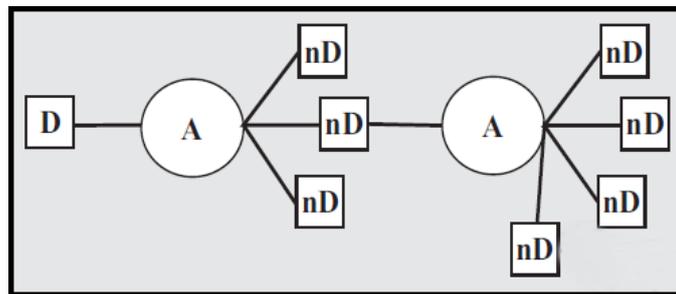


Figura 1: Processo do Trabalho Novo.

Fonte: Fernandes, 2009, adaptado por Gleudson Marques da Costa, 2015.

A introdução de novas formas de uso do recurso regional, nesse caso a madeira, acaba por acelerar a forma de como tá sendo extraído esse recurso.

Presença importante no aglomerado urbano que propicia formação de trabalho novo são as instituições tanto de nível superior quanto de nível técnico. Não há presente em Parintins nenhum curso relativo ao processamento de madeira, o que de certa maneira “engessa” a possível evolução técnica da AMOPIN. Apesar dessa deficiência, outras instituições importantes servem de base para repensar o território, os parágrafos abaixo indica as instituições.

O mapa abaixo evidencia que o estoque de madeireiro de Parintins está sob forte pressão como evidenciam as recentes apreensões do IBAMA⁶.

Os pontos indicam áreas de manejo que recebem assistência técnica do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM), mas não indicando as inúmeras áreas nas cabeceiras dos afluentes do rio Uaicurapá e do rio Nhamundá que sofrem incisões de retirada ilegal de madeira. Nota-se que há plano manejo florestal sustentável (PMFS)⁷ de pequena escala que compreende uma área de até, 500 hectare nas cabeceiras do rio Jacu, igarapé do Itatuba e na estrada da colônia N.Sra. de Nazaré do Mangueirão, ambas no município de Parintins, outros pontos do mapa indicam áreas de manejo no município de Nhamundá nos rios Aduaca e Paratucu e na comunidade de Temé, ressaltando que são dessas áreas que vem a madeira licita e ilícita.

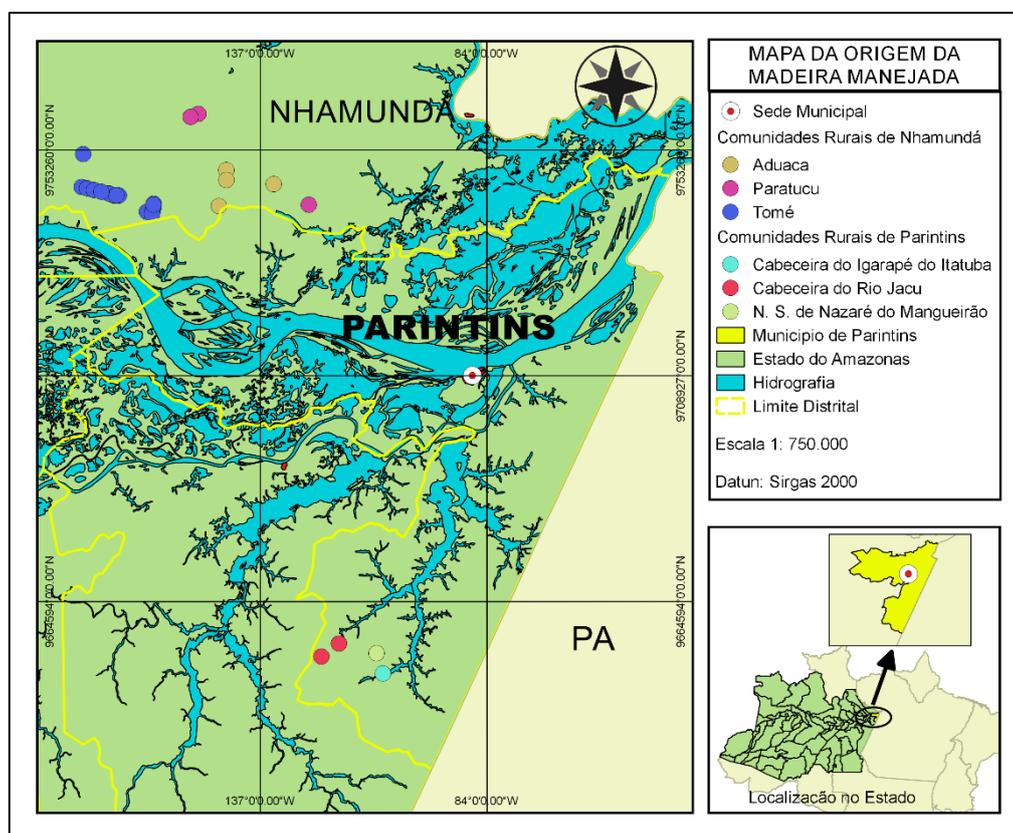


Figura 2: Origem da madeira.

Fonte: IDAM (2015).

Organizado pelos autores.

É notável em diversas atividades de Parintins a inexistência de certificados de origem da madeira, sendo que o principal e o DOF, (Documento de Origem Florestal) pois,

⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁷ Resolução nº 007/2011. Não é permitido arrastar toras (é preciso serrar no campo).

o mesmo da legitimidade a madeira, sendo, que na cidade o IDAM é o mediador para obtenção desse documento perante ao IPAAM. Isso impele uma fragilidade ao setor, que passa a impactar negativamente no uso do território, conferindo extração ilegal e possivelmente uma sobrecarga na maneira com que ocorre a reposição natural das espécies.

A introdução das técnicas veio alterando ao longo dos anos a velocidade e intensidade da extração de matérias-primas na Amazônia. Dos garimpos manuais na busca de ouro entre os sedimentos ou nos cascalhos de rios, avançou-se para balsas com potentes dragas de sedimentos que alteram e modificam rapidamente a paisagem. Do machado para retirada da madeira, a motosserra veio acelerar a velocidade de extração, imprimindo maior retirada por homem trabalhando, vinculados a outros tipos de maquinários, como o uso do trator para limpeza da área e arraste com uso do skider (tipo de trator específico para o arraste de toras de madeira).

No processamento da madeira, as técnicas também aumentaram a eficiência e a velocidade, dos antigos serrotes para as atuais máquinas semiautomáticas. Em nosso percurso analítico, é necessário averiguar a introdução de novas técnicas visando verificar se ocorre trabalho novo nas movelarias. O quadro a seguir demonstra que o maquinário existente ainda é muito antigo e com grande parte das máquinas feitas pelos próprios moveleiros. As máquinas “artesanais”, segundo as entrevistas, foram feitas devido ao alto custo das máquinas específicas feitas por empresas de maquinário para marcenaria. Esse maquinário caseiro chega a custar metade do preço, onde se compra apenas o motor e o eixo. Essas características demonstram o improviso e necessidade de construir os próprios meios de produção, apesar da menor precisão nas tarefas e não possuir mecanismos de segurança. Os depoimentos revelaram que a plaina é um dos maquinários que mais geram acidentes, por não conter sistema de ajuste da lâmina de corte, onde o marceneiro realiza o corte pretendido a olho nu. Na tabela 5 descrevemos algumas dos maquinários “caseiras” encontrados.

Tabela 5: Maquinários Artesanais.

	<p>1 - Bancada de serra circular: primeira máquina para moldagem das peças, determinando a bitola para posterior aperfeiçoamento na plaina e desengrosso.</p>
	<p>2 - Plaina: chamada de desempenadeira pelos marceneiros, serve para tirar as irregularidades das superfícies das peças. Nota-se a correia ligando o motor ao eixo que move a lâmina encaixada numa estrutura de madeira. Toda a estrutura é feito no local.</p>
	<p>3 - Desengrosso: uma das máquinas que não tem a possibilidade de ser construída artesanalmente, pois necessita de maior precisão no desempenho de sua função e acabamento.</p>
	<p>4 - Esquadrejadeira: desempenha função de dar a angulação desejada às peças. Simples de ser feitas artesanalmente com motor, eixo e rolamentos.</p>
	<p>5 - Furadeira: comumente acoplada na bancada de serra onde se aproveita o mesmo eixo e motor, com a instalação de um mandril, que segura as brocas.</p>
	<p>6 - Tupia: usada para fazer encaixes, arredondamento e acabamento das extremidades das peças.</p>
	<p>7 - Fresas Para Tupia: utilizadas nas tarefas na tupia, são feitas pelos próprios marceneiros que utilizam molas de suspensão de carros antigos, mais resistentes e melhor para afiação.</p>

Fonte: Levantamento de Campo, 2015.

As demais etapas são manualmente feitas com ferramentas elétricas, lixadeira e acabamento com selador e verniz, com uso da pistola e compressor.

As etapas de trabalho e divisão social são constituídas pelo marceneiro-chefe e os ajudantes, que realizam as tarefas de montagem e acabamento dos móveis. As tarefas que exigem maior precisão, são feitas pelo marceneiro chefe, que interpreta o modelo dos desenhos e projetos encomendados. Trata-se de profissional disputado entre as movelarias pela escassez oriunda da falta de cursos profissionalizantes na cidade, e a diminuição das movelarias como ambientes de aprendizado informal, como ocorria antigamente, hoje proibido pela fiscalização relativa ao trabalho infantil. Em alguns casos, relações familiares mantém o funcionamento das microempresas, onde o filho do proprietário passa a exercer o papel de marceneiro-chefe.

A secagem da madeira é um dos fatores que determina a qualidade do móvel, não permitindo empenamentos e rachaduras. Trata-se de mais uma etapa ainda realizada de forma rudimentar, com as peças expostas ao sol ainda em peças largas para evitar que empenem. Averiguamos que esse método acaba causando uma perda de peças pois a secagem as resseca demasiadamente, causando rachaduras indesejáveis. Vale ressaltar que tais rachaduras acabam por comprometer as propriedades mecânica da madeira que são influenciada pelo teor de umidade contida em suas fibras, sendo que a nova versão de normas brasileiras, NBR 7190 - projetos de estrutura da madeira, da ABNT (1997) recomenda que se adotem como referência os 12% o teor de umidade nas espécies de madeira que estão sendo trabalhadas.

No entanto tais procedimentos devem ser feito em estufas com sistemas de ventilação e de controle de temperatura para evitar a saturação de suas fibras evitando assim as tais rachaduras indesejáveis.

Neste sentido procuramos comparar com outros tipos de produção de móveis com maior valor agregado a empresa ETEL INTERIORES⁸, considerada a marca de maior expressão em moveis de alto padrão no brasil. No entanto, essa empresa agrega valor em seus móveis, trabalhando com profissionais qualificados como designers, marceneiros e artesões que não utilizam pregos na construção suas obras apenas encaixes com cola, e a madeira é posta pra secar em estufas, essa marcenaria agrega valor também pelo uso de

⁸ [Htt://etelinteriores.com.br/sobere_nos.php](http://etelinteriores.com.br/sobere_nos.php)

madeira certificada⁹ (incutindo carga simbólica nos produtos ao dizer que os mesmos ajudam a preservação das floresta), capacitação profissional e o resgate histórico, sendo que o valor de uma mesa com marca ETEL, custa em torno de 6.800 seis mil e oitocentos reais, dependendo da espécie de madeira que foi usada na confecção do móvel se a madeira for de origem amazônica mais valor agregado (Figura 3).

Portanto, confrontarmos os dois modos de produção de móveis, notamos a disparidade entres as mesmas, e, apesar das movelarias da AMOPIN usarem matéria prima de boa qualidade (na maior parte madeiras de lei) não conseguem agregar valor em seus móveis, com uso considerável de madeira ilegal, profissionais com pouca qualificação e secagem incorreta. Nota-se uso de materiais metálicos na produção dos moveis da AMOPIN e nenhuma inovação de designer, causado assim um baixo valor agregado, onde uma mesa com seis cadeiras custa em torno de 700 setecentos reais.



Figura 3: Móvel de Etel Carmona (esquerda) e da AMOPIN (direita).

Fontes: <http://www.etelinteriores.com> e trabalho de campo – foto dos autores.

Outro ponto nodal de nosso argumento, é que quantidade considerável de madeira é consumida ilegalmente na movelarias, assunto delicado entre os proprietários da associação e órgãos de fiscalização locais. Durante os anos, muitas espécies que eram habitualmente usadas no setor, escassearam e hoje dificilmente encontradas para extração (apesar de averiguarmos seu uso em menor escala), tais como: cedro (*Cedrela spp*), muiracatiara (*Astronium lecointei ducke*), freijó (*Cordia goeldina huber*).

A aplicação de questionários (anexo 1) nos forneceu uma média da madeira consumida por cada espécie no ano, nos indicando as espécies ainda abundantes ou as que permitem maior qualidade. O Angelim é muito valorizado por sua resistências às intempéries e depois de secagem, apresenta leveza e durabilidade, sendo muito usado em esquadrias (portas e janelas). Deve receber acabamento antes de ser exposto, pois pode

⁹ Madeira extraída de florestas que contem selo verde ou seja com cadeia de custodia, processo que permite sua rastreabilidade.

empenar com as intempéries. A Muiracatiara é ainda mais resistente, de cor avermelhada podendo escurecer com o passar do tempo e muito utilizada na confecção de itens para cozinha e também esquadrias. Relatos confirmam que hoje apresenta escassez devido à intensa exploração e demanda constante pelas movelarias. O Marupá ainda é uma madeira abundante e facilmente encontrada nas movelarias, sendo de coloração esbranquiçada e muito leve, utilizada em partes interna dos móveis não expostas à umidade, ou de esquadrias internas, pois a mesma não resiste à ação da água, apodrecendo rapidamente. O Freijó possui coloração amarelada e rajada, sendo que a mesma tem uma leveza considerável que propicia um bom manuseio e de fácil acabamento é muito usada para todos os itens acima citados, com valor de mercado elevado devido sua recente escassez.

Tabela 3 - Uso de madeira por movelaria em metros cúbicos – elaborada pelo autor.

Espécie: Nome popular	Espécie: Nome científico	M³/MÊS	M³/ANO	CONSUMO: 46 MOVELARIA(ANO)
Angelim	<i>Hymenolobium Excelsum</i>	1,408	16,89	776,94 M³
Muiracatiara	<i>Astronium lecointei ducke</i>	0,52	6,24	287,04 M³
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	0,44	5,28	242,88 M³
Freijó	<i>Cordia goldina huber</i>	0,66	7,92	364,32 M³
TOTAL		3,036	36,33	1,671,18 M³

Fonte: Levantamento de Campo – elaborado pelos autores

O processo de construção dos móveis gera resíduos, tais como aparas ou pontas de madeira que são colocadas fora da movelaria a disposição de populares que recolhem para venda em padarias e panificadoras ou para consumo próprio que usam como lenha, outros resíduos mas finos (serragens e maravalha) gerados pela plaina, desengrosso e serra circular, são recolhidos pela indústria de cerâmica do município (SEMOPAR) para ajudar nos fornos de tijolos, cerâmica e telhas. Destacamos o enorme desperdício de madeira que poderia ser usado para fins mais nobres como artesanato e marchetaria.

5 SISTEMAS TERRITORIAIS A PARTIR DO PROCESSAMENTO DA MADEIRA

Na cidade, ações de sujeitos variados na divisão social e territorial do trabalho articulam-se formando os *sistemas territoriais*, que para Saquet e Sposito (2013, p.18) “é resultado das relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e dos indivíduos” produzindo tessituras, mais ou menos demarcáveis e as territorialidades nas suas dimensões políticas, econômicas e culturais e nas dinâmicas materiais e não materiais (Ibid). Os autores entendem que essas ações, tanto coletivas como individuais que promovem o desenvolvimento local entendido como aquele efetivado em pequenos lugares de forma participativa, induzindo à mudanças sociais e estruturais, de maneira endógena, sendo que os habitantes possuem respectiva autonomia, para explorar o potencial do território que favoreça a maioria deles, e decidir como cada um pode colaborar com inovações. São os moradores os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam essa organização em benefício da sociedade.

Dessa forma, essas configurações espaciais junto com as relações sociais indicam a formação do Sistema Local Territorial (SLoT) que para Dematteis (2008)

Como um agir, considerando a territorialidade, intendida como relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais, (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos inerentes, que são próprios do território onde se habita, se vive e se produz.

Pretendemos demonstrar que associação dos moveleiros de Parintins (AMOPIN), caracteriza-se como um Sistema Local Territorial, pois, a referida associação possui em seu local de produção relações com outros territórios, formando as territorialidades que são as estratégias de funcionamento do sistema local.

O mesmo autor adverte que há dois tipos de territorialidades, a ativa e a passiva, sendo que a mencionada associação ainda possui uma territorialidade passiva, onde “os dominadores não permitem que os dominados exerçam a possibilidade autônoma de juízo e de agir para fazer valer seus interesses” (DEMATTEIS, 2008 - p, 35) pois a estratégia da mesma de realizar mudanças e inovações ainda é muito sutil.

Portanto, Raffestin (1993) assegura que basta uma ligação entre três pontos da superfície para se estabelecer uma rede simples, no sentido de constituir uma relação entre indivíduos em outros territórios. Para tanto, argumentamos que os moveleiros mantem relações tanto com os fornecedores de matéria-prima (a madeira) quanto com os meios de transporte, (fluvial e terrestre) e outros comerciantes locais.

Dessa forma fica claro que a associação dos moveleiros de Parintins (AMOPIN) caracteriza-se como um sistema local territorial ainda que de forma passiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução de técnicas relativas ao ramo de movelaria introduzidos a partir da década de 1960 foi capaz de formar o maior polo moveleiro do estado, originando consequentemente na formação da AMOPIN. Comprova-se a importância da inserção da informação introduzida no sistema urbano que foi capaz de consolidar a atividade na cidade.

Pelas entrevistas realizadas observamos que a associação não possui integração das ações realizadas que beneficiem os componentes do grupo. Não são realizadas compras coletivas, trocas de informações ou experiências, onde há diferenciação de atividades entre empresas, não originando ganhos (aprendizado coletivo) por trocas de informações entre os associados.

Os gargalos encontrados são relativos à mão de obra escassa e de baixa qualificação, origem da madeira (pressão sobre o estoque existente), e falta de investimento em tecnologias voltadas ao processamento da madeira. Apesar de Parintins constituir importante polo de ensino superior na sub-região que se insere, ainda não possui cursos voltados para tais atividades, diminuindo a agregação de valor das mercadorias e diminuindo a capacidade de construir relações territoriais com maior qualidade ambiental.

Foi constatado em nosso levantamento de campo uso madeira ilícita não apenas por produtores de móveis, mas também por outras empresas madeireiras, que acabam causando escassez de algumas espécies. Vale ressaltar no que tange a madeira licita temos no município de Parintins e Nhamundá variadas áreas de manejo florestal de pequena escala que pode fornecer matéria prima para várias empresas que almejem trabalhar de forma legal.

Pela comparação com móveis da movelaria ETEL interiores, fica claro que a AMOPIN deve repensar a maneira com que vem realizando suas atividades, buscando

inovação, preocupação ambiental e melhorias tanto no designer quanto nas técnicas envolvidas.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. e LIMA, A. **Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM):** Condicionantes à sua Organização Sócio-espacial e Estruturação Urbana. In: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.1, p. 77-100, 2013

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2005.

DEMATTEIS, J. **Sistema Local Territorial (SLOT):** Um Instrumento pra Representar, Ler e Transformar o Território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Panetti Pessoa. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, página 33-46.

FERNANDES, Ana Cristina. **Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras.** In: Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais / Jan Bitoun [et al.]; organizadores Jan Bitoun; Livia Miranda. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993

_____. Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação.** In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu. Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

SAQUET, M. e SPOSITO, E.S. **Território, Territorialidade e Desenvolvimento:** diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. IN: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 15-31.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. **Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil:** as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.56,p. 229-258, jun. 2013.